

Cachoeiro de Itapemirim, 12 de julho de 2021

Comunicado: 024/2021

DESABILITAÇÃO RADAR COMEX E PROVIDÊNCIAS

Às Empresas Associadas,

Recentemente, algumas das empresas associadas noticiaram que foram desabilitadas para operar no Comércio Exterior (Radar SISCOMEX), nos termos da Instrução Normativa 1.984/2020.

A desabilitação do declarante de mercadorias implica no descredenciamento dos usuários que tenham sido credenciados para utilizar os sistemas de comércio exterior. Também ficam desabilitados os responsáveis pela prática de atos nos sistemas de comércio exterior vinculados ao declarante de mercadorias.

Segundo a IN acima, essa desabilitação pode ocorrer por meio de:

1. Descumprimento de requisito de admissibilidade;
2. Revisão de Ofício;
3. Inatividade no comércio exterior;
4. Suspensão e cancelamento.

Em relação ao Descumprimento de Requisito de Admissibilidade, motivo principal que foi noticiado por algumas empresas, o declarante de mercadorias será desabilitado, a qualquer momento, quando:

1. **Deixar de aderir ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE);**
2. Ter enquadramento da inscrição no CNPJ em situação cadastral diferente de “ativa”;
3. Não ter enquadramento da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de todas as pessoas físicas integrantes do QSA (Quadro de Sócios e Administradores) com qualificação nos termos do Anexo V da Instrução

Normativa RFB nº 1.863, de 2018, em situação cadastral igual a “regular” ou “pendente de regularização”.

Nestes três casos, a desabilitação será formalizada por meio de edital eletrônico publicado no sítio da RFB na Internet (que também pode ser enviado para o e-Cac pela RFB), com a identificação do nome empresarial e CNPJ do declarante de mercadorias. Se regularizadas as causas nestas hipóteses, o declarante de mercadorias **poderá apresentar novo requerimento de habilitação**.

A Alfandega de Vitória encaminhou correspondência cujo texto reproduzimos integralmente abaixo:

“Prezados,

Informo para os devidos fins que o declarante de mercadorias quando desabilitado, por não cumprimento de qualquer dos requisitos de admissibilidade estabelecidos no inciso I do art. 21 da IN RFB 1.984/2020, deverá formalizar novo DDA nos termos dos artigos 23 a 28 da IN RFB nº1.984/2020 c/c art. 3º da Portaria Coana nº72/2020.

Não é possível a regularização da habilitação no portal e o parágrafo 2º do art. 46 da IN RFB 1.984/2020 prevê de forma expressa a necessidade do novo DDA.

Registra-se que trata-se de um pedido de habilitação, cuja análise é sujeita ao prazo de 10 dias para conclusão.

A análise do novo requerimento é simplificada e tem como base a verificação dos requisitos de admissibilidade para a habilitação (art.21, inciso I, da IN RFB 1.984/2020) e da presença dos documentos obrigatórios (requerimento disponível no site da RFB, documento de identificação do responsável legal, documento de identificação do procurador e procuração).

Ao final é apurada a estimativa da capacidade financeira, com base no valor disponível no Pucomex, que utiliza o critério da arrecadação, e é efetuado o

enquadramento/reenquadramento, podendo inclusive ocorrer o rebaixamento da modalidade da habilitação, dependendo da situação.

Caso o declarante de mercadorias esteja habilitado na modalidade Limitada o requerente a ele vinculado poderá solicitar, por meio de dossiê digital de atendimento, o pedido de revisão de estimativa, cujo prazo de análise é de 10 dias.

No manual disponível no endereço eletrônico abaixo, podem ser encontradas as orientações para o pedido de habilitação por DDA.

https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/manuais/habilitacao/pessoas/pessoa-juridica-em-geral/copy6_of_pessoa-juridica

Destacamos que tanto o processo de desabilitação, quanto o da nova habilitação do RADAR, está a cargo da DECEX/Rio, haja vista modelo de gestão adotado pela Receita Federal do Brasil.

Não obstante a Assessoria Jurídica do Sindirochas estar avaliando alternativas para o caso, orientamos neste momento:

1. Verificar com urgência se o RADAR da empresa se mantém habilitado;
2. Verificar e ativar, se necessário, a indicação de Domicílio Tributário Eletrônico;
3. No caso de o RADAR ter sido desativado, providenciar urgente pedido de habilitação;
4. Avaliar com suas assessorias jurídicas, conforme urgência, quanto a possível adoção de medida judicial, haja vista a forma com que se efetivou a desabilitação (falta de razoabilidade).

Cordialmente,